



CARTA DE SÃO CARLOS

O momento de crise vivenciado pelo conjunto dos trabalhadores das universidades paulistas, que culminou numa greve de 57 dias, requer uma ampla reflexão em prol da defesa e manutenção de notórios acordos sociais e trabalhistas consolidados, além do respeito aos seus colaboradores, gestores e ao Estado de Direito.

As prerrogativas constitucionais de autonomia administrativa e de gestão de recursos das universidades paulistas mostraram-se incoerentes e ineficientes para tratar da política salarial de seus colaboradores, pois assistimos discursos ensaiados, orquestrados pelo atual governo paulista, impondo um padrão operacional para administrar a política salarial dos Servidores Públicos de São Paulo, com excessivo sectarismo e a instrumentalização, banalizando os trabalhadores perante os contribuintes com declarações levianas e covardes, tratando-os sem a menor cordialidade e respeito, colocando-os como se fossem inimigos do Estado, quando na verdade os verdadeiros responsáveis pela crise foram os reitores das três universidades públicas paulista, pela quebra de acordos salariais consagrados.

A implantação de uma política de administração de pessoas deveria ter como premissa o respeito ao ser humano e ao seu capital intelectual, de forma que não há de se aceitar a vulgarização da relação trabalhista e o silogismo viciado e apregoado através da mídia, propagando-se de forma desmedida, repetitiva e preconceituosa através de seus dirigentes detentores de cargos nas universidades.

O movimento social dos trabalhadores das universidades teve a soberania para utilizar os instrumentos de luta adequados a cada conjuntura, pois não podemos comparar o poder emanado das canetas dos reitores com a limitada organização dos trabalhadores, de forma que aqueles que se dispuseram a enfrentar as decisões equivocadas e arbitrárias dos reitores utilizaram-se de medidas que transbordaram a boa conduta, provocadas pelos reitores quando na quebra de acordos perenes como a isonomia salarial e a arbitrária suspensão dos vencimentos dos grevistas, em desacordo com a lei, porém há casos em que não deve-se temer o uso de medidas de força para buscar direitos usurpados por essas canetas, num regime democrático de direito, dentro dos limites da lei.

Restabelecida a ordem, cabe aos dirigentes da Instituição se preocupar em construir e manter permanentemente um ambiente e clima de trabalho propício ao bem-estar, à motivação e à satisfação de todos, honrando os acordos firmados, estabelecendo uma nova relação de respeito, buscando o diálogo para juntos construirmos e contemplarmos a eficiência do serviço público.

Aos nobres companheiros que defenderam bravamente os ideais democráticos pela manutenção de acordos e conquistas sociais de nossa categoria, que ficaram privados de seus rendimentos comprometendo sobremaneira o acesso de sua família ao alimento, tendo a constante preocupação da instabilidade gerada pela greve, devemos render nossas honras e homenagens, pois demonstraram mais uma vez que são bravos guerreiros que merecem todo nosso respeito e admiração;

RECEBAM NOSSO MUITO OBRIGADO.

São Carlos, 1º de julho de 2010
Servidores do Campus USP de São Carlos